

Uma trama intrincada: as complexas interações entre gênero e raça na avaliação da aprendizagem discente

Leonardo Claver Amorim Lima

CARVALHO, Marília Pinto de. *Avaliação escolar, gênero e raça*. Campinas: Papyrus, 2009. 128 p.

Pesquisas quantitativas evidenciam que, desde os anos 1940, o desempenho discente em nossa escolarização básica guarda relação estreita com o sexo e a cor da pele dos estudantes, em desfavor dos resultados médios dos meninos e das minorias étnicas. Entretanto, de modo geral, essas investigações pouco disseram sobre os processos escolares imbricados nas menções acadêmicas menos ditosas de pretos, pardos e de garotos, tampouco consideraram os efeitos sobre a aprendizagem do gênero e da raça do estudante, constructos mais amplos, que não se confundem com a relação binária entre os sexos e com aspectos meramente fenóticos.

É nesse cenário que a obra *Avaliação escolar, gênero e raça*, que passamos a resenhar, lança novas luzes sobre o debate acerca das interações entre formas diversas de feminilidade/masculinidade e raça na construção do sucesso ou do fracasso escolar, mais ou menos notórios em cada realidade educacional. A obra, dividida em 12 capítulos, apresenta síntese de pesquisas qualitativas desenvolvidas na última década em escolas públicas de ensino fundamental situadas no município de São Paulo, com o objetivo de perscrutar as trajetórias de fracasso mais frequentes entre crianças do sexo masculino, como apontam estatísticas oficiais.

Os trabalhos de campo realizados pela autora de pronto deixaram transparecer as dificuldades encontradas pelas professoras¹ em obter informações coerentes sobre as trajetórias escolares de meninos e meninas – brancos, negros ou pardos –, ora porque os critérios institucionais de avaliação não se mostravam claros, ora porque os conceitos atribuídos aos alunos nem sempre correspondiam à visão que as próprias docentes tinham de seu desempenho escolar. Com efeito, a investigação visou a desvendar o lado avesso da produção dos indicadores de rendimento escolar, isto é, os aspectos que, na visão das professoras, estão associados aos resultados, à classificação racial e ao gênero dos estudantes.

Quanto ao gênero, observou-se que matizes de comportamentos tradicionalmente mais próximos às mulheres mereceram destaque nos depoimentos das professoras, que, em regra, valorizavam características como organização, capricho e decalques no processo de avaliação de seus alunos, em detrimento de atitudes tipicamente masculinas. A própria Carvalho, agora coautora de artigo que sintetiza os resultados de pesquisa em uma das escolas objeto de análise, procurou esmiuçar essa realidade, nos seguintes termos:

Essa ideia se baseia em características que seriam inerentes a uma “natureza masculina”, caracterizada, por exemplo, pela necessidade de movimentar-se, de ser um indivíduo ativo, o que na escola seria visto como falta de compromisso ou bagunça, sendo mais aceitos comportamentos associados à “natureza feminina”, como introspecção, obediência e silêncio. (Pereira, Carvalho, 2009).

As observações *in loco* evidenciaram, entretanto, que a adesão a padrões de feminilidade diversos daqueles das professoras comprometia o resultado escolar de algumas garotas. Assim, meninas que viviam intensamente uma feminilidade fincada na submissão, na organização e na obediência irrestrita às normas falhavam do ponto de vista das professoras, que mais pareciam valorizar atributos como criatividade, autonomia e independência. Além disso, alunas que exteriorizavam características narradas pelas docentes como sensuais não eram bem avaliadas, pois que tais posturas reduziriam seu comportamento à vulgaridade iminente.

O melhor comportamento feminino no entendimento de professoras entrevistadas era aquele consubstanciado pelo equilíbrio entre a submissão exacerbada e a erotização precoce. Esse padrão de feminilidade mais citado pelas professoras aproxima-se, segundo a autora, daquele

¹ As pesquisas foram desenvolvidas em escolas que ofertam os anos iniciais do ensino fundamental, realidade em que a quase totalidade do corpo docente é composto por mulheres.

valorizado pelos setores médios intelectualizados: “uma feminilidade que rejeita a afirmação exacerbada das diferenças de gênero e propõe um padrão de mulher mais independente que submissa e mais assertiva que sensual”. (p. 42).

Já os estudantes do sexo masculino foram majoritariamente descritos pelas docentes como desorganizados e bagunceiros. Por isso mesmo, para Carvalho, o comportamento dos meninos, nesse caso, pesava com mais força na avaliação desfavorável das professoras que sua aprendizagem em sentido estrito, “levando a uma diferenciação entre o dia a dia da escola e aquilo que pode ser captado, por exemplo, em testes padronizados” (p. 48). Ainda quanto à importância do comportamento dos rapazes na composição das menções elaboradas pelas professoras, a autora observa que, especialmente nas escolas de classe trabalhadora, os garotos, conformados com o fracasso escolar iminente, desenvolvem uma espécie de “masculinidade de protesto”, por meio do confronto e do desafio à autoridade, o que tende a diminuir seu prestígio e aceitação junto aos demais atores do processo de ensino e aprendizagem, notadamente suas professoras.

Por outro lado, garotos que sabiam se equilibrar entre os padrões de masculinidade impostos pelos grupos e culturas juvenis a que estavam associados (que nem sempre valorizam o sucesso escolar, associando-o, muitas vezes, à efeminação e ao homossexualismo, sobretudo nos estratos sociais menos favorecidos) e as expectativas da instituição escolar receberam elogios de suas professoras, porque, na expressão da autora, exteriorizavam uma dose adequada de masculinidade. Vale dizer, esses indivíduos apresentavam uma versão bem sucedida de comportamento masculino, expressa pela adesão ambígua e não submissa às normas escolares e uma pitada de desafio e bom humor, sem prejuízo de sua autonomia.

Acerca das interações entre raça e êxito escolar, o critério inicial utilizado pelas professoras para classificação racial de seus alunos foi a cor da pele, segundo as categorias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não obstante, a autora assevera que, dos depoimentos coletados, depreende-se que os indicadores utilizados para essa classificação não se confundem com caracteres meramente fenóticos, pois que, para fazê-lo, algumas professoras invocaram o rendimento escolar e o nível socioeconômico dos alunos, classificando mais como negros os que apresentam avaliações negativas e os menos favorecidos economicamente.

Naquele contexto, Carvalho constatou que a representação de alunos negros (pretos ou pardos) indicados para atividades de reforço acadêmico era proporcionalmente maior que sua presença na escola, bem como superior à percepção que os próprios estudantes tinham da cor de sua pele, aferida por meio de autoclassificação. Além disso, em relação a seus colegas pardos e negros, alunos de cor branca eram mais elogiados pelas professoras.

As pesquisas constantes da publicação bem ilustram o caráter seletivo que ainda pesa forte sobre nossos sistemas de ensino, a despeito dos avanços das últimas décadas, especialmente do ponto de vista estatístico. Se nos preocupa o fato de que critérios meramente comportamentais e fenótipos ocupem espaço central nos processos que avaliam a vida escolar de nossas crianças, em detrimento do sucesso escolar de meninos e de negros, os exemplos de garotos bem sucedidos na escola e de docentes que afastam dos indicadores avaliativos a cor da pele dos estudantes trazem a esperança de que podemos alcançar efetiva equidade escolar. Assim, em tempos de luta por igualdade de oportunidades educacionais, as contribuições do livro são inegáveis.

Referência bibliográfica

PEREIRA, Fábio Hoffman; CARVALHO, Marília Pinto de. Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 226, p. 673-694, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1510/1286>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Leonardo Claver Amorim Lima, mestrando em Educação na Universidade Católica de Brasília, é servidor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

leonardoclaver@gmail.com